



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
EM SAÚDE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026/PPGITS

Dispõe sobre a estrutura curricular do curso de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Inovação Tecnológica em Saúde (PPGITS)

O COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO Profissional em Gestão e Inovação Tecnológica em Saúde da Universidade Federal de Sergipe, no uso de suas atribuições, legais;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV - Das Estruturas Curriculares, Anexo I, Resolução nº 04/2021/CONEPE, em especial no §1º, Art. 91;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa nº 04/2021/CPG que estabelece o modelo padrão de estruturas curriculares para cursos de mestrado e doutorado da UFS;

CONSIDERANDO a decisão deste Colegiado, em sua reunião ordinária realizada nesta data.

RESOLVE:

Art. 1. Aprovar a alteração da estrutura curricular do curso de Mestrado Profissional em Gestão e Inovação Tecnológica em Saúde, de acordo com os Anexos I e II.

Art. 2. Ficam criadas as seguintes disciplinas:

- I. Políticas Públicas e Gestão;
- II. Ética e Sociedade no Uso de Tecnologias;
- III. Gestão de Projetos de Pesquisa em Inovação Tecnológica na Saúde;
- IV. Metodologia Científica e Estatística Aplicada à Saúde, Gestão e Tecnologias;
- V. Gestão da Inovação e Empreendedorismo na área de saúde;
- VI. Saúde Digital I;
- VII. Saúde Digital II;
- VIII. Gestão de Modelos de Cuidados em Saúde da Mulher;
- IX. Processo de Desenvolvimento de Produtos Técnico-Tecnológicos para Saúde;
- X. Introdução à Avaliação em Tecnologia à Saúde;

- XI. Inteligência Artificial Aplicada em Saúde;
- XII. Organização da Atenção especializada em rede de Atenção Primária à Saúde;
- XIII. Interação Humano-Computador em Saúde Digital;
- XIV. Comunicação Interpessoal como Ferramenta de Prática e Investigação Científica na Área da Saúde;
- XV. Ergonomia na prevenção e Segurança em Ambientes de Saúde;
- XVI. Governança em Serviços de Saúde;
- XVII. Humanização e Ambientação em Saúde;
- XVIII. Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde II;
- XIX. Avaliação, Inovação e Transferência Tecnológica em Saúde.

Art. 3. Ficam excluídas as seguintes disciplinas:

- I. Ética em Saúde e no Uso de Tecnologias;
- II. Estatística Aplicada à Saúde, Gestão e Tecnologias,
- III. Metodologia Científica Aplicada às Tecnologias e Empreendedorismo;
- IV. E-Health;
- V. Gestão de Modelos de Cuidados em Saúde;
- VI. Processo de Desenvolvimento de Produto para Saúde Humana e/ou ambiental;
- VII. Avaliação em Tecnologia à Saúde;
- VIII. Avaliação e Indicadores Biopsicossociais e de Gestão em Saúde;
- IX. Avaliação, Inovação e Transferência Tecnológica em Saúde;
- X. Comunicação Interpessoal como Ferramenta de Prática e Investigação Científica na Área da Saúde;
- XI. Ergonomia na prevenção e Segurança em Ambientes de Saúde;
- XII. Gestão do Processo de Saúde;
- XIII. Governança em Serviços de Saúde;
- XIV. Humanização e Ambientação em Saúde;
- XV. Políticas Públicas de Saúde;
- XVI. Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde II.

Art. 4. Esta Instrução Normativa entra em vigor 29/05/2026, revoga as disposições em contrário e, em especial, a Instrução Normativa nº 02/2025.

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Inovação Tecnológica em Saúde, 29 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 SIMONE DE CASSIA SILVA
Data: 15/06/2026 11:34:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Simone de Cássia Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão e
Inovação Tecnológica em Saúde
Presidente do Colegiado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
EM SAÚDE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/ 2026/PPGITS

ANEXO I

**ESTRUTURA CURRICULAR DO MESTRADO EM GESTÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA EM SAÚDE**

A estrutura curricular do curso de mestrado em Gestão e Inovação Tecnológica em Saúde (PPGITS) terá um total de 26 créditos exigidos para sua integralização curricular, distribuídos em disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e atividades acadêmicas.

Para a realização das disciplinas e atividades acadêmicas desta estrutura curricular, serão observados os critérios dispostos nesta instrução normativa, bem como nas Normas Acadêmicas da Pós-Graduação stricto sensu da UFS (Capítulo IV - Das estruturas curriculares, Anexo I, Resolução nº 04/2021/CONEPE).

1. DISCIPLINAS

1.1. Disciplinas obrigatórias

Disciplina: Políticas Públicas e Gestão

Créditos: 02

Ementa: Aborda as políticas de saúde no Brasil, considerando os aspectos históricos e globais. Analisa instituições políticas e práticas de saúde, sua operacionalização e impacto na qualidade de vida da população. Aborda as questões ligadas ao financiamento em saúde, à avaliação de serviços e o planejamento em saúde no contexto atual, com ênfase no processo dialógico e participativo no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Os conceitos de promoção da saúde, risco e vulnerabilidade. Portaria de vulnerabilidade. Principais movimentos organizadores do campo da saúde, com ênfase na Reforma Sanitária. Gestão de políticas informadas por evidências científicas. Seleção e debate de temas com perspectiva interdisciplinar.

Bibliografia:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica: Saúde na Escola. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_saude_escola.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Reforma da reforma: repensando a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 475-480, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200017>.

ESCOREL, Sarah. Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

GIOVANELLA, Lígia et al. (org.). Política e sistema de saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

GIOVANELLA, Lígia et al. (orgs.). Política e gestão pública em saúde. Rio de Janeiro: CEBES; Fiocruz, 2019.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500005>.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

PIOVESAN, Maria Fátima; EGGER, Philippe; GIOVANELLA, Lígia (orgs.). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

SANTOS, Lenir. A regionalização da saúde no Brasil: desafios e perspectivas. 2018. 280 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, Sandra Maria Chaves da; PEREIRA, Maria da Conceição; LIMA, Kênia Lara de. Avaliação da Atenção Básica: desafios para a gestão em saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe1, p. 68-80, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S106>.

Disciplina: Epidemiologia

Créditos: 02

Ementa: Estudar o raciocínio epidemiológico para a identificação e análise de problemas de saúde em populações. Compreender os determinantes sociais, ambientais e biológicos do processo saúde-doença. Analisar o perfil epidemiológico de diferentes populações, utilizando dados de morbimortalidade e indicadores de saúde. Conhecer e aplicar os métodos de vigilância epidemiológica para a detecção precoce e o controle de doenças e agravos. Desenvolver habilidades para o planejamento, execução e avaliação de estudos epidemiológicos. Abordar os desenhos de estudos epidemiológicos, medidas de associação e de impacto potencial; fontes de

erros em estudos epidemiológicos: validade e precisão; interação e a promoção e a prevenção em saúde. Compreender o papel da epidemiologia na promoção da saúde e na prevenção de doenças e agravos.

Bibliografia:

FLETCHER, G. S. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. Epidemiologia & saúde. 8. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2018.

Disciplina: Saúde Digital I

Créditos: 02

Ementa: Introdução aos conceitos e fundamentos de Saúde Digital. Evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação. Políticas nacionais e internacionais em Saúde Digital. Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP). Telemedicina e Telessaúde: aplicações e desafios. Sistemas de Informação em Saúde: arquitetura e interoperabilidade. Ferramentas digitais na educação e pesquisa em saúde. Privacidade, segurança e ética em tecnologias digitais em saúde.

Bibliografia:

BRASIL. Estratégia para saúde digital no Brasil 2020-2028. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Conecte SUS, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018. Prontuário Eletrônico do Paciente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 2.314, de 20 de abril de 2022. Telemedicina. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2022.

WAGER, K. A.; LEE, F. W.; GLASER, J. P. Health care information systems: a practical approach for health care management. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Digital transformation handbook for primary health care: optimizing person-centred point of service systems. Geneva: WHO, 2024. ISBN 978-92-4-009336-2.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global strategy on digital health 2020-2025. Geneva: WHO, 2021. ISBN 978-92-4-002092-4. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/documents/gs4dhdaa2a9f352b0445bafbc79ca799dce4d.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO guideline: recommendations on digital interventions for health system strengthening. Geneva: WHO, 2019. ISBN 978-92-4-155050-5. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/311941/9789241550505-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 23 set. 2025.

Disciplina: Metodologia Científica e Estatística Aplicada à Saúde, Gestão e Tecnologias

Créditos: 02

Ementa: Estuda a interação entre ciência, teoria e pesquisa, os métodos de investigação e as etapas da pesquisa científica nas abordagens quantitativa e qualitativa. Contempla o problema, o objeto e os objetivos da pesquisa, o marco teórico, hipóteses e variáveis, métodos e técnicas de coleta de dados e análise de dados, planejamento do trabalho de campo, enfocando o desenho metodológico da pesquisa científica. Apresenta a estrutura do Relatório de Pesquisa. Estudar as etapas do método científico, abordando noções básicas de amostragem, amostragem casual, simples/sistemática,

natureza e nível de mensuração das variáveis. Como determinar ou sortear uma amostra, os parâmetros, estimador, estimativa, média/proporção. Noções básicas de probabilidade. Distribuição de frequências. Apresentação tabular e gráfica de dados. Tabelas Bidimensionais. Noções de associação. Diagrama de dispersão. Apresentação teórica e a aplicabilidade prática de fundamentos e testes estatísticos na abordagem científica de problemas, formulação de hipóteses, probabilidades de eventos e pesquisas da área de saúde, para verificação da relação de uma variável com a outra e, em que grau elas estão relacionadas. Análise inferencial. Regressão linear simples e múltipla. Regressão logística. Análise de série temporal. Com foco na utilização prática para a gestão e para o cuidado.

Bibliografia:

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
NETO, José Antonio Chehuen (org.). Metodologia, modelos e estatística aplicados à pesquisa científica na área de saúde. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. 389 p. ISBN 978-65-89512-46-2.
OLIVEIRA, Ana Rachel Fonseca de et al. Metodologia científica: processo de investigação científica e os tipos de conhecimento. 2014.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina: Gestão da Inovação e Empreendedorismo na área de saúde

Créditos: 02

Ementa: *Startups*, Fontes de informação tecnológica e de mercado para as Micro e Pequena Empresa (MPE). Tipos de empreendedorismo. Propósito empreendedor. O papel social do empreendedorismo. Tendências e oportunidades de negócios. Criatividade e Inovação. Design Thinking. A utilização de Canvas. Ampliando os horizontes da inovação. Problema X Solução. Definindo personas. Definindo a Proposta de valor. Modelo de negócios. Mínimo produto Viável (*Minimum Viable Product* - MVP). Como apresentar de maneira assertiva (*Pitch*). Conseguindo investimento. Mostra de Empreendedorismo e Inovação.

Bibliografia:

ABNT. NBR ISO 56000:2019. Inovação – termos e definições. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.
ABNT. NBR ISO 56002:2019. Gestão da inovação – sistema de gestão de inovação – diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.
BACKES, Denise S.; COLOMÉ, Juliana S.; MELLO, Gabriela B.; GOMES, Rosa C. C.; LOMBA, Maria L. L. F.; FERREIRA, C. L. L. Empreendedorismo social na formação profissional de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 75, n. 3, e20220391, 2022.
BLANK, Steve; DORF, Bob. The startup owner's manual: the step-by-step guide for building a great company. Pescadero: K&S Ranch, 2012.
BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regulamenta direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União, Brasília, 15 maio 1996.
BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Institui medidas de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, altera a Lei n. 6.404/76, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 dez. 2004.
BRASIL. Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005. Regime especial de tributação para incentivo à inovação tecnológica (Lei do Bem). Diário Oficial da União, Brasília, 22 nov. 2005.
BRASIL. Lei complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabelece normas relativas a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às MPE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2006.

BRASIL. Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Marco legal de ciência, tecnologia e inovação: estímulo à pesquisa científica e tecnológica e à inovação. Diário Oficial da União, Brasília, 12 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera diversas leis. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2016.

BROWN, Tim. Change by design: como o design thinking cria novas alternativas para negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CAMPOS, Eliseu da Costa. Empreendedorismo e inovação em saúde: uma revisão integrativa de literatura. IOSR Journal of Humanities and Social Science, v. 29, n. 7, p. 49-53, jul. 2024.

DORNELES, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

FIGUEIREDO, Pedro N. Gestão da inovação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GRANDO, Nei (org.). Empreendedorismo inovador: como criar startups de tecnologia no Brasil. São Paulo: Évora, 2012.

HISRIC, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

KLAFF, Oren. Pitch anything: a técnica revolucionária de apresentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MENDES, Marcelo Kratz; MASTELLA, Mauro; DEWES, Marian Freitas. Empreendedorismo social na saúde pública: reflexões para a Atenção Básica no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., 2022, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação: Emenda Constitucional nº 85/2015; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 9.283/2018. Brasília, DF: MCTI, 2018.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business model generation: inovação em modelos de negócios. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

RIES, Eric. A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Alta Books, 2012.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. Gestão da inovação. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VIANNA, Maurício; VIANNA, Ysmar; ADLER, Isabel K.; LUCENA, Brenda; RUSSO, Beatriz. Design thinking: inovação em negócios. 1. ed. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

VIEIRA, Robson Paz; ALBUQUERQUE, Cristiane Torres; BOTTONI, Andrea; MACHADO, Adriana Paz Vieira; RODRIGUES, Evandro. Inovação e empreendedorismo no setor de saúde brasileiro: uma análise de cenários e perspectivas. Revista Foco, v. 18, n. 6, e9062, p. 1-14, ago. 2025.

Disciplina: Gestão de Projetos de Pesquisa em Inovação Tecnológica na Saúde

Créditos: 02

Ementa: Planejamento, execução e monitoramento de projetos de inovação tecnológica. Metodologias tradicionais e ágeis de gestão de projetos. Fundamentos éticos em pesquisa aplicada e inovação. Procedimentos de submissão e análise de projetos em Comitês de Ética. Regulamentação nacional e internacional de pesquisa e inovação tecnológica.

Bibliografia:

BORGES, Carlos; ROLLIM, Fabiano. *Gerenciamento de projetos aplicado: conceitos e guia prático*. São Paulo: Brasport, 2016.

CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI Jr., Roque. *Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. *Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: Guia PMBOK®*. 6. ed. EUA: Project Management Institute, 2017.

SILVA, Laís Stéphanie Bazílio da; TACCONI, Marli de Fátima Ferraz da Silva. Gestão em saúde: a cadeia de valor da inovação. *Exacta*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 499–519, 2024. DOI: 10.5585/2024.24517. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/exacta/article/view/24517>

Disciplina: Introdução à Avaliação em Tecnologia à Saúde

Créditos: 02

Ementa: Introdução à Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Sustentabilidade de sistemas e serviços de saúde e o papel ATS. A importância e os propósitos da avaliação de tecnologias em saúde. Etapas básicas da avaliação de tecnologias em saúde. Mecanismos de disseminação dos resultados e avaliação do impacto da ATS. Modelo de Incorporação de Tecnologias. Marco Regulatório e Judicialização da Saúde no Brasil. Delineamentos Utilizados em ATS: Estudo Primário, Revisão Sistemática e PTC. Delineamentos Utilizados em ATS: Análises Econômicas. Fontes de Informação Utilizadas em Avaliações de Tecnologias em Saúde. Qualidade dos estudos úteis em ATS. Ferramentas para Avaliação da Qualidade dos Estudos: Ensaios Clínicos e Estudos de Acurácia Diagnóstica. Ferramentas para Avaliação da Qualidade dos Estudos: Revisões Sistemáticas. Aplicação da ATS no SUS. Métodos de Recomendações Práticas para Gestores. ATS na Prática da Gestão do SUS. Limitações e Incertezas da ATS no Contexto da Gestão de Serviços e Políticas de Saúde no SUS.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. *ROBIS – Risk of Bias in Systematic Reviews: ferramenta para avaliar o risco de viés em revisões sistemáticas: orientações de uso*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. *Diretriz metodológica: estudos de microcusteio aplicados a avaliações econômicas em saúde* [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. *Diretrizes metodológicas: elaboração de pareceres técnico-científicos* [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. *Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e meta-análise de ensaios clínicos randomizados* [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh; SOÁREZ, Patricia Coelho de. A avaliação das tecnologias em saúde: origem, desenvolvimento e desafios atuais. Panorama internacional e Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 9, p. 1–10, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00006820. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6p3SzRQKCpcR678Btk5xVyQ/?format=pdf&lang=pt>

Disciplina: Ética e Sociedade no Uso de Tecnologias

Créditos: 01

Ementa: Introdução à Ética em Saúde. Ética no Uso de Tecnologias em Saúde. Privacidade e Proteção de Dados: regulamentações sobre proteção de dados; Consentimento informado em ambientes digitais. Dilemas Éticos na Inovação Tecnológica: Uso de inteligência artificial e big data em saúde; Ética na pesquisa clínica e digital. Regulamentação e Legislação: Normas e leis

aplicáveis ao uso de tecnologias em saúde; Compliance e governança em instituições de saúde. Responsabilidade Social e Tecnológica: Papel das tecnologias na promoção da equidade em saúde; Impacto social e ambiental das inovações tecnológicas. Submissão de Projetos para Comitês de Ética: Estrutura e função dos comitês de ética; Documentação necessária para submissão; Diretrizes para elaboração de protocolos de pesquisa éticos.

Bibliografia:

ABRAMOVAY, Ricardo; ZANATA, Rafael A. F. Dados pessoais abertos: pilares dos novos mercados digitais? *Direito Público*, v. 16, n. 90, p. 155-178, nov./dez. 2019.

AMADO, T. C. Bioética e inovações tecnológicas na saúde: desafios éticos e legais na era da inteligência artificial, bioimpressão e telemedicina. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 4, n. 10, p. e6358, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N10-204. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6358>

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

FERREIRA, Daniela Assis Alves; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MARQUES, Rodrigo Moreno. Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectiva histórica. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 151-172, set. 2021/fev. 2022. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v12i2p151-172.

1.2. Disciplinas optativas

Disciplina: Avaliação, Inovação e Transferência Tecnológica em Saúde

Créditos: 02

Ementa: Panorama histórico e conceitual sobre tecnologias e inovação em saúde. Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da avaliação de tecnologias em saúde. Abordagem crítica sobre os processos de inovação tecnológica, desenvolvimento de soluções em saúde e sua aplicabilidade prática. Políticas públicas de fomento à inovação e os marcos legais no contexto nacional e internacional. Processos de proteção da propriedade intelectual, patentes, registro de software e direitos autorais aplicados à saúde. Busca de anterioridade como etapa estratégica na avaliação da novidade e potencial de inovação. Análise de ferramentas e bases de dados como INPI, WIPO, Espacenet e plataformas científicas. Discussão sobre os mecanismos de transferência de tecnologia, parcerias universidade-empresa, contratos de licenciamento, contratos de transferência e acordos de confidencialidade. Estudo de casos reais de avaliação, desenvolvimento e difusão de inovações em saúde.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. *Avaliação de tecnologias em saúde: ferramentas para a gestão do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/avaliacao_tecnologias_saude_ferramentas_gestao.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Avaliação de tecnologias em saúde: seleção de estudos apoiados pelo Decit*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/avaliacao_tecnologias_saude_decit.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

KITCHENHAM, B. *Procedures for performing systematic reviews*. Keele: Keele University, 2004. 33 p.

PETERSEN, K.; FELDT, R.; MUFTABA, S.; MATTSO, M. Systematic mapping studies in software engineering. In: *Proceedings of the 12th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering*, 2008. p. 68-77.

RUSSO, S. L. et al. Capacitação em inovação tecnológica para empresários. São Cristóvão, 2011. p. 77-117.

TOMA, T. S. et al. *Avaliação de tecnologias e inovação em saúde no SUS: desafios e propostas para a gestão*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2015. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/avalia%C3%A7%C3%A3o-de-tecnologias-e-inova%C3%A7%C3%A3o-em-sa%C3%BAde-no-sus-desafios-e-propostas-para-gest%C3%A3o>. Acesso em: 30 abr. 2025.

TOMA, T. S. et al. *Avaliação de tecnologias de saúde & políticas informadas por evidências*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. Disponível em: https://saude.sp.gov.br/resources/instituto-desauade/homepage/pdfs/avaliacao_tecnologia_saudepoliticas_inf_evidencias.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

Disciplina: Comunicação Interpessoal como Ferramenta de Prática e Investigação Científica na Área da Saúde

Créditos: 02

Ementa: Configuração das diferentes habilidades, competências e atitudes utilizadas na comunicação na sua interface com a saúde. Caracterização do processo de comunicação presente nas relações interpessoais desenvolvidas em nível ambulatorial e hospitalar. Aplicação de habilidades e competências utilizadas na comunicação entre o profissional de saúde e o paciente. Discussão de estratégias e programas de comunicação em saúde aplicadas à prática e às pesquisas em saúde.

Bibliografia:

ADRIANI, P. A.; HINO, P.; TAMINATO, M. et al. Non-violent communication as a technology in interpersonal relationships in health work: a scoping review. *BMC Health Services Research*, v. 24, n. 1, 2024.

CAMPBELL COLLABORATION. Nurses' learning about professional interpersonal communication: findings from an integrative review. *Campbell Systematic Reviews*, v. 21, n. 2, 2025.

IROEGBU, C. et al. The influence of patient–provider communication on self-management among patients with chronic illness: a systematic mixed studies review. *Journal of Advanced Nursing*, v. 80, n. 1, p. 12–25, 2024.

LAUKKA, E. et al. Health care professionals' experiences of patient–professional communication over patient portals: systematic review of qualitative studies. *Journal of Medical Internet Research*, v. 22, n. 12, 2020.

O'DANIEL, M.; ROSENSTEIN, A. H. Interprofessional communication in the hospital setting: a systematic review of the qualitative literature. *The Joint Commission Journal on Quality and Patient Safety*, v. 46, n. 3, p. 117–126, 2022.

SHAKRIYA, S. H. Quality communication can improve patient-centred health outcomes among older patients: a rapid review. *BMC Health Services Research*, v. 23, n. 937, 2023.

Disciplina: Saúde Digital II

Créditos: 02

Ementa: Aprofundamento em tecnologias emergentes para transformação digital na saúde. Implementação e gestão de soluções tecnológicas em ambientes de saúde. Padrões internacionais de interoperabilidade (HL7, FHIR, OpenEHR, IPS). Aplicações móveis, *wearables* e tecnologias assistivas. *Data-driven health: big data, analytics* e visualização de dados. Avaliação da maturidade digital e gestão de mudanças. Estudos de casos e experiências nacionais e internacionais.

Bibliografia:

BRAGA, et al. *Modelos de Informação em Saúde: do Conceito à Prática*. Goiânia: CEGRAF UFG, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégia para Saúde Digital no Brasil 2020-2028*. Brasília: Conecte SUS, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

HL7 INTERNATIONAL. *Fast Healthcare Interoperability Resources (FHIR) – Release 5.0.0*. 2023.

ISO. *ISO 27269:2021 – Health informatics — International Patient Summary (IPS)*. Genebra: ISO, 2021.

ISO. *ISO/IEC 27799:2016 – Health informatics — Information security management in health using ISO/IEC 27002*. Genebra: ISO, 2016.

OPENEHR FOUNDATION. *openEHR Architecture Overview*. Versão 2024.

WAGER, K. A.; LEE, F. W.; GLASER, J. P. *Health Care Information Systems: A Practical Approach for Health Care Management*. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Digital transformation handbook for primary health care: optimizing person-centred point of service systems*. Genebra: WHO, 2024. ISBN 978-92-4-009336-2 (electronic version).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global Digital Health Monitor – State of Digital Health Report 2023*. Genebra: WHO, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global strategy on digital health 2020-2025*. Genebra: WHO, 2020. ISBN 978-92-4-002092-4 (electronic version). Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/documents/gsdhdaa2a9f352b0445bafbc79ca799dce4d.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

Disciplina: Inteligência Artificial Aplicada à Saúde

Créditos: 02

Ementa: Conceitos essenciais da Inteligência Artificial: machine learning, deep learning, NLP e visão computacional aplicados à saúde. Aplicações práticas no diagnóstico, prognóstico, cuidado personalizado e apoio à decisão clínica. Aspectos éticos, regulatórios e sociais. Metodologias de validação e implementação. Avaliação de impactos, limitações, privacidade, explicabilidade (XAI) e segurança. Desenvolvimento de projetos práticos aplicados ao SUS.

Bibliografia:

ANVISA. Resolução RDC nº 936, de 18 jan. 2024 – Diretrizes para produtos de saúde baseados em IA. *Diário Oficial da União*, 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIa)*. Brasília: MCTI, 2025.

NERELLA, S. et al. Transformers and large language models in healthcare: a review. *Artificial Intelligence in Medicine*, v. 154, 2024.

QIU, X.; CHEN, Y.; SUI, Z. *Natural language processing in biomedicine: a practical guide*. Cham: Springer, 2024.

TOPOL, E. *Deep medicine: how artificial intelligence can make human healthcare again*. New York: Basic Books, 2019.

U.S. FOOD AND DRUG ADMINISTRATION. *Artificial intelligence-enabled device software functions: lifecycle management and marketing submissions – draft guidance*. Silver Spring: FDA, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Ethics and governance of artificial intelligence for health: guidance on large multimodal models*. Genebra: WHO, 2024.

Disciplina: Ergonomia na prevenção e Segurança em Ambientes de Saúde

Créditos: 02

Ementa: NR 17 e NR 32 (e outras quando couber), Sistema ser humano-tarefa: Fisiologia do trabalho. Antropometria: medidas/aplicação. Biomecânica Ocupacional. Dispositivos de informação; Sistema cognitivo; Condições ambientais de trabalho: temperatura, umidade, ruído, vibração, iluminância; e Condições organizacionais de trabalho: ciclo circadiano, divisão de tarefas, trabalho noturno, turnos de trabalho, rodízio de funções. Ferramentas ergonômicas para avaliação e prevenção de acidentes: Métodos NIOSH (Equação de levantamento de carga), OWAS, RULA, REBA, Checklist de Couto e outros; e plano de ação para a implementação das recomendações de melhorias no ambiente de trabalho. Indicadores de Funcionalidade. Bases biomecânicas. Trabalho muscular estático e dinâmico. Levantamento e transporte de cargas. Aplicação de Forças e trabalhos com carga. LER/DORT. Postura Ideal. Alterações posturais comuns e suas relações com o trabalho. Análise ergonômica e ajustes posturais e de postos de trabalho. Casos práticos.

Bibliografia:

- ABNT. NBR 6023:2018 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- CHAFFIN, Don B.; ANDERSSON, Gunnar B. J. *Occupational biomechanics*. 4. ed. New York: Wiley, 1991.
- COUTO, Hudson Amaral de. *Checklist de avaliação ergonômica: manual prático*. São Paulo: Ergo, 2014.
- DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. *Ergonomia prática*. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.
- FRANKENBERGER, Gustavo; SOLEDADE, Márcia; MENEZES, Larissa. Avaliação ergonômica de tarefas repetitivas em linhas de montagem. *Revista Brasileira de Saúde e Segurança no Trabalho*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 85–98, 2023.
- GRANDJEAN, Antoine. *Ergonomia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.
- HIGGINETT, Sue; McATAMNEY, Lynn. Rapid Entire Body Assessment (REBA). *Applied Ergonomics*, v. 31, n. 2, p. 201–205, 2000.
- IIDA, Itiro. *Ergonomia: projeto e produção*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- KARHU, Olli et al. Revising OWAS for assessing working postures. *Ergonomics*, v. 20, n. 2, p. 175–206, 1977.
- MCATAMNEY, Lynn; CORLETT, E. Nigel. RULA: a survey method for the investigation of work-related upper limb disorders. *Applied Ergonomics*, v. 24, n. 2, p. 91–99, 1993.
- NIOSH. *Applications manual for the revised NIOSH lifting equation*. Cincinnati, OH: DHHS (NIOSH) Publication 96-157, 1994.
- PHEASANT, Stephen; HASLEGRAVE, Christopher M. *Bodyspace: anthropometry, ergonomics and the design of work*. 3. ed. London: Taylor & Francis, 2006.
- SAUTER, Steven L. et al. Social, ergonomic and stress aspects of work with computers. In: *IFIP TC 13 INTERACT '90*. Tokyo: Elsevier, 1990.
- SLUITER, Judith K. et al. The OCRA index: concise exposure assessment tool for repetitive work. *Ergonomics*, v. 41, n. 9, p. 1298–1317, 1998.
- THIEME, Hermes. *Fisiologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
- VIEIRA, Elenir R.; KUMAR, Sanjay. Working postures: a review of risk factors for musculoskeletal disorders in sedentary work. *Occupational Ergonomics*, v. 4, n. 1, p. 31–41, 2004.
- ZATSIORSKY, Vladimir M.; PRILUTSKY, Boris I. *Biomechanics of skeletal muscles*. Champaign, IL: Human Kinetics, 2012.

Legislação e normas regulamentadoras:

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de aplicação da Norma Regulamentadora nº 17. Brasília: MTE, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Aprova a Norma Regulamentadora nº 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 6 jul. 1978. Atualizada pela Portaria SEPRT nº 6.734, de 9 mar. 2020; Portaria SEPRT nº 1.295, de 2 fev. 2021; Portaria SEPRT nº 8.873, de 23 jul. 2021; e Portaria MTP nº 567, de 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 628, de 8 de dezembro de 2022. Aprova a revisão da Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria nº 1.013, de 15 de setembro de 2020. Altera dispositivos da Norma Regulamentadora nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 set. 2020.

Disciplina: Organização da Atenção Especializada em rede de Atenção Primária à Saúde.

Créditos: 02

Ementa: Estudar as políticas, diretrizes e práticas de organização da atenção especializada em saúde, considerando a sua integração e articulação com a atenção primária para a construção de redes de atenção à saúde (RAS). Analisar o papel da atenção especializada no Sistema Único de Saúde (SUS) e sua importância para a continuidade do cuidado, assim como as práticas de cooperação e integração entre os diferentes níveis de atenção. Conhecer a aplicação dos fluxos de referência e contrarreferência, entendendo as três dimensões de atuação da Regulação em Saúde, necessariamente integradas entre si, Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde, Regulação do Acesso à Assistência.

Bibliografia:

ABNT. NBR 6023:2018 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de aplicação da Norma Regulamentadora nº 17. Brasília: MTE, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Aprova a Norma Regulamentadora nº 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 6 jul. 1978. Atualizada pela Portaria SEPRT nº 6.734, de 9 mar. 2020; Portaria SEPRT nº 1.295, de 2 fev. 2021; Portaria SEPRT nº 8.873, de 23 jul. 2021; e Portaria MTP nº 567, de 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 628, de 8 de dezembro de 2022. Aprova a revisão da Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria nº 1.013, de 15 de setembro de 2020. Altera dispositivos da Norma Regulamentadora nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 set. 2020.

CHAFFIN, D. B.; ANDERSSON, G. B. J. Occupational biomechanics. 4. ed. New York: Wiley, 1991.

COUTO, H. A. de. Checklist de avaliação ergonômica: manual prático. São Paulo: Ergo, 2014.

DUL, J.; WEERDMEESTER, B. Ergonomia prática. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.

FRANKENBERGER, G.; SOLEDADE, M.; MENEZES, L. Avaliação ergonômica de tarefas repetitivas em linhas de montagem. *Revista Brasileira de Saúde e Segurança no Trabalho*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 85–98, 2023.

GRANDJEAN, A. Ergonomia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

HIGGINETT, S.; McATAMNEY, L. Rapid Entire Body Assessment (REBA). *Applied Ergonomics*, v. 31, n. 2, p. 201–205, 2000.

IIDA, I. *Ergonomia: projeto e produção*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

KARHU, O. et al. Revising OWAS for assessing working postures. *Ergonomics*, v. 20, n. 2, p. 175–206, 1977.

MCATAMNEY, L.; CORLETT, E. N. RULA: a survey method for the investigation of work-related upper limb disorders. *Applied Ergonomics*, v. 24, n. 2, p. 91–99, 1993.

NIOSH. Applications manual for the revised NIOSH lifting equation. Cincinnati, OH: DHHS (NIOSH) Publication 96-157, 1994.

PHEASANT, S.; HASLEGRAVE, C. M. *Bodyspace: anthropometry, ergonomics and the design of work*. 3. ed. London: Taylor & Francis, 2006.

SAUTER, S. L. et al. Social, ergonomic and stress aspects of work with computers. In: IFIP TC 13 INTERACT '90. Tokyo: Elsevier, 1990.

SLUITER, J. K. et al. The OCRA index: concise exposure assessment tool for repetitive work. *Ergonomics*, v. 41, n. 9, p. 1298–1317, 1998.

THIEME, H. *Fisiologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

VIEIRA, E. R.; KUMAR, S. Working postures: a review of risk factors for musculoskeletal disorders in sedentary work. *Occupational Ergonomics*, v. 4, n. 1, p. 31–41, 2004.

ZATSIORSKY, V. M.; PRILUTSKY, B. I. *Biomechanics of skeletal muscles*. Champaign, IL: Human Kinetics, 2012.

Disciplina: Gestão de Modelos de Cuidados em Saúde da Mulher

Créditos: 02

Ementa: Estratégias básicas governamentais na promoção da Saúde da Mulher. Modelos e protocolos assistenciais voltados para a saúde feminina. Indicadores na promoção da Saúde da Mulher. Cuidados aplicados à Saúde da Mulher na Atenção Básica. Diretrizes Nacionais da Assistência Pré-Natal. Diretrizes Nacionais no combate ao Câncer do Colo do Útero. Diretrizes Nacionais no combate à Mortalidade Materna. Direitos Reprodutivos. Violência Obstétrica.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.729, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, 31 dez. 2010.

CAMPOS, G. W. S.; FERNANDES, J. A.; CASTRO, C. P.; CAMPOS, R. T. O. (Org.). *Atenção primária e atenção especializada no SUS: análise das redes de cuidado em grandes cidades brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 2021.

FERNANDES, A. C. U. R. *As redes de atenção à saúde: regulamentação, organização e modelo de atenção*. Brasília: CONASS, 2015.

MENDES, E. V. Revisão bibliográfica sobre redes de atenção à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 59 p.

MENDES, E. V. O desafio da Atenção Secundária Ambulatorial Especializada: um novo modelo de integração em rede com a Atenção Primária à Saúde. In: MENDES, E. V. (Org.). *Desafios do SUS*. Brasília: CONASS, 2019. p. 613–672.

OECD. *Primary Health Care in Brazil*. Paris: OECD, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *A atenção à saúde coordenada pela APS: construindo as redes de atenção no SUS*. Brasília: OPAS/OMS, 2011. 979 p.

SALTMAN, R. B.; RICO, A.; BOERMA, W. G. W. *Atenção Primária conduzindo as redes de atenção à saúde: reforma organizacional na atenção primária europeia*. Berkshire: Open University Press, 2006.

SILVA, C. R.; CARVALHO, B. G.; CORDONI Júnior, L.; NUNES, E. F. P. A. Dificuldade de acesso a serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte: um estudo de caso. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1109–1120, 2017.

SILVA, C. R.; et al. Do primary and specialized care physicians know and use mechanisms of care coordination between care levels? *Revista de Saúde Pública*, 2019.

Disciplina: Governança em Serviços de Saúde

Créditos: 02

Ementa: Estudo dos conceitos de governança, evolução das práticas de governança nos serviços de saúde; a governança como subsídio para a tomada de decisões estratégicas; boas práticas de governança em saúde; o impacto da adoção de boas práticas de governança no negócio.

Bibliografia:

ANSELL, C.; GAS, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article/18/4/543/1090370>. Acesso em: 04 mar. 2024.

KASHIWAKURA, H.; OLIVEIRA GONÇALVES, A. A governança dos recursos públicos da saúde no Brasil. *Cadernos de Finanças Públicas*, v. 21, n. 02, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2021.142>.

PORTER, M. E.; TEISBERG, E. O. *Repensando a Saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

PREIRA, J.; PACHECO, J. M. *Governança em Saúde: desafios e caminhos para a gestão pública eficaz*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

PRADO, N. M. de B. L.; SANTOS, L. P. C. dos; OLIVEIRA, J. S. Gestão e governança em saúde: um ensaio sobre conceitos aplicados aos estudos nacionais. *Revista G&S*, v. 11, n. 2, p. 211–227, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/29964>. Acesso em: 24 jul. 2025.

Disciplina: Humanização e Ambientação em Saúde

Créditos: 02

Ementa: Fundamentos da Humanização em saúde; Formação profissional e a humanização em saúde; O cuidado integral da pessoa; Política Nacional de Humanização (PNH); Princípios norteadores e diretrizes para implantação; boas práticas de humanização na área da saúde; Monitoramento e avaliação da PNH.

Bibliografia:

FERIGATO, S. H.; TEIXEIRA, R. R.; CAVALCANTI, LOPES, F. O.; DEPOLE, B. F. Potências do CiberespaSUS: redes sociais como dispositivos de políticas públicas de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, p. 3277–3286, 2018.

HUMANIZASUS: política nacional de humanização: PNH. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, 2015. 12 p. Folheto: il.

MOURA, R. O.; SANTOS, M. M. R.; DONHA, S. Y. Espiritualidade/religiosidade e o Humaniza SUS em Unidades de Saúde da Família. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde (online)*, v. 31, n. 1, p. 1–8, 2018.

NUNES, E. Humanização no serviço de oncologia no acolhimento de pacientes. Porto Alegre: s.n., 2016. 11 p. Tese.

SOBREIRA, F. A. G.; ABÍLIO, E. S.; ORTIZ, C. C. L. Os pontos de aglutinação entre a psicologia e a política nacional de humanização. *Saúde Redes*, v. 2, n. 2, p. 227–233, 2016.

Disciplina: Interação Humano-Computador em Saúde Digital

Créditos: 02

Ementa: Introdução à Interação Humano-Computador (IHC); Qualidade em IHC (usabilidade, experiência do usuário, acessibilidade e comunicabilidade); Aspectos Humanos (percepção, cognição, afeto e emoção); Abordagens Teóricas; Processos de Design para Saúde Digital; Requisitos de IHC para Saúde Digital; Avaliação de IHC em Saúde Digital (preditiva, empírica e perspectiva); Estudos de Caso de IHC em Saúde Digital; Tendências e Atualidades de IHC em Saúde Digital.

Bibliografia:

BARBOSA, S. D. J.; SILVA, B. S.; SILVEIRA, M. S.; GASPARINI, I.; DARIN, T.; BARBOSA, G. D. J. *Interação Humano-Computador e Experiência do Usuário*. Autopublicação, 2021.

DE SOUZA, C. S. *The Semiotic Engineering of Human-Computer Interaction*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

LAZAR, J.; FENG, J. H.; HOCHHEISER, H. *Research Methods in Human-Computer Interaction*. 2. ed. Morgan Kaufmann, 2017.

NORMAN, D. *O design do dia a dia*. Anfiteatro, 2006.

ROBERTSON, J.; KAPTEIN, M. *Modern Statistical Methods for HCI*. Springer International Publishing, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-26633-6>.

ROGERS, Y.; SHARP, H.; PREECE, J. *Design de Interação: Além da Interação Humano-Computador*. Bookman, 2013.

Disciplina: Processo de Desenvolvimento de Produtos Técnico-Tecnológicos para Saúde

Créditos: 02

Ementa: Explora o processo completo de desenvolvimento de produtos para saúde humana e/ou ambiental, desde a concepção até a prototipagem e validação. Apresenta ferramentas e metodologias para ideação, projeto informacional, conceitual, preliminar e detalhado. Integra as etapas de identificação de necessidades, definição de requisitos, design centrado no usuário, avaliação de viabilidade técnica e econômica, e regulamentação aplicada. Discute modelos de inovação aberta e colaborativa, *design thinking*, abordagens ágeis, e práticas de prototipagem rápida. Estimula o desenvolvimento de competências para a transformação de ideias em soluções inovadoras, alinhadas com demandas reais do setor público e privado. A disciplina promove a vivência prática em projetos interdisciplinares, utilizando estudos de caso e exercícios em equipe para consolidar o aprendizado aplicado.

Bibliografia: A definir.

Disciplina: Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde I

Créditos: 02

Ementa: A definir

Bibliografia: A definir

Disciplina: Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde II

Créditos: 02

Ementa: A definir

Bibliografia: A definir

2. ATIVIDADES ACADÊMICAS

Atividade: Proficiência em Língua Estrangeira

Descrição: Apresentação por parte do discente de um certificado de aprovação em exame de aferição de conhecimentos instrumentais em língua estrangeira, sendo obrigatória a comprovação de proficiência em uma língua para todos os discentes.

Créditos: nenhum

Critérios: os idiomas aceitos são inglês, espanhol ou francês. Serão aceitas as seguintes certificações:

a) Certificado do Exame de Proficiência em Língua Estrangeira (EPLE) do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe: aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento), conforme norma estabelecida na RESOLUÇÃO N° 27/2013/CONEPE/UFS; o exame de proficiência em língua estrangeira (EPLE) da UFS será aplicado pela instituição de acordo com calendário próprio (<http://posgrap.ufs.br>).

b) TEAP (Test of English for Academic and Professional Purposes): pontuação mínima 60 (sessenta);

c) WAP (Writing for Academic and Professional Purposes): pontuação mínima 60 (sessenta) pontos;

d) União Proficiency Test: pontuação mínima 60% (sessenta por cento);

e) Certificado pela União Cultural;

f) TOEFL (Test of English as Foreign Language): 65 (sessenta e cinco) pontos para o Internet-Based-Test (iBT) e 500 (quinhentos) pontos para o Institutional Testing Program (ITP).

g) IELTS – International English Language Test: pontuação mínima de 6,0 (seis) pontos;

h) CAMBRIDGE FCE – (First Certificate in English) ou CAE (Certificate in Advanced English): exigida aprovação no exame;

i) MICHIGAN: exigida aprovação no exame.

Outros testes de proficiência poderão ser eventualmente aceitos, desde que aprovados pela Comissão de Seleção do PPGITS. O pedido de equivalência deve ser protocolado na secretaria do PPGITS na data estabelecida pelo Edital de Seleção. Para isso, o candidato deverá apresentar o certificado original ou cópia autenticada, acompanhado de documentação emitida pela instituição responsável, que comprove o método de avaliação, o nível do teste e as competências avaliadas. A instituição emissora do certificado deve ser amplamente reconhecida na aplicação de testes dessa natureza.

Atividade: Estágio Docência

Descrição: O estágio docência é obrigatório para discentes bolsistas do PPGITS. Esta atividade será desenvolvida técnicas de planejamento, operação, avaliação e ensaios pedagógicos para o ensino de Ciências da Saúde ou Ciências Tecnológicas em nível de graduação. Consiste na apresentação de relatório por parte do discente acerca de sua participação em atividades de ensino em cursos de nível superior com anuência do orientador.

Créditos: nenhum

Critérios: O Estágio Docente será desenvolvido sob a supervisão de um docente do PPGITS e consistirá em atividades no ensino superior, no nível de graduação, podendo ocorrer com ou sem vínculo do discente como professor responsável pela(s) disciplina(s). O discente deverá apresentar ao orientador e/ou coordenador da disciplina um relatório descritivo das atividades realizadas. Após análise do relatório, orientador e/ou coordenador da disciplina atestará a realização do estágio docente, por envio do relatório a secretaria do PPGITS. O cumprimento desta atividade deve ser registrado e atestado ao PPGITS antes da solicitação de defesa da dissertação.

Atividade: Elaboração de Pesquisa I e II

Descrição: Aferição semestral feita por cada docente orientador sobre o desempenho de seus respectivos discentes na execução de seus projetos de pesquisas, sendo atividade obrigatória para todos os discentes.

Créditos: 02 créditos. 01 crédito por participação nos seminários I e II, respectivamente.

Critérios: Apresentação de relatório semestral, com a assinatura do discente e do orientador, contendo: descrição das atividades de pesquisa realizadas, módulos obrigatórios e optativos já

integralizados, bem como as considerações da banca nos seminários e qualificação, nos relatórios de Elaboração de Pesquisa.

Para o componente de Elaboração de Pesquisa I e II, o aluno deverá participar dos Seminários de Pesquisa I e II, em datas definidas pelo programa, que consistirá na apresentação oral e escrita do projeto de pesquisa, seguindo as normas da ABNT vigentes, contendo na parte escrita: capa, folha de rosto, resumo, abstract, sumário, introdução/justificativa, revisão da literatura, objetivos gerais e específicos, métodos, impactos previstos, cronograma, referências e anexos (TCLE, quando aplicável, e comprovantes de submissão ou aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos ou do Comitê de Ética em Pesquisa em Animais).

Atividade: Elaboração de Pesquisa III

Descrição: Aferição semestral feita por cada docente orientador sobre o desempenho de seus respectivos discentes na execução de seus projetos de pesquisas, sendo atividade obrigatória para todos os discentes.

Créditos: 01

Critérios: Ao final do terceiro semestre letivo (décimo oitavo mês de matrícula), o discente deverá apresentar um relatório na forma de resumo expandido, descrevendo as atividades de pesquisa realizadas durante o período, para apreciação do seu orientador. Cada orientador do PPGITS atribuirá um conceito à atividade semestral, que será encaminhado à Secretaria do PPGITS para registro no sistema acadêmico. O relatório poderá ser solicitado a qualquer momento pela comissão discente do PPGITS ou pela banca de qualificação e/ou de defesa. No caso de defesa antecipada da dissertação, esta atividade será considerada concluída e lançada no histórico acadêmico pelo PPGITS.

Atividade: Elaboração de Pesquisa IV

Descrição: Aferição semestral feita por cada docente orientador sobre o desempenho de seus respectivos discentes na execução de seus projetos de pesquisas, sendo atividade obrigatória para todos os discentes.

Créditos: 01

Critérios: Ao final do quarto semestre letivo (vigésimo quarto mês de matrícula), o discente deverá apresentar um relatório na forma de resumo expandido, descrevendo as atividades de pesquisa realizadas durante o período, para apreciação do seu orientador. Cada orientador do PPGITS atribuirá um conceito à atividade semestral, que será encaminhado à Secretaria do PPGITS para registro no sistema acadêmico. O relatório poderá ser solicitado a qualquer momento pela comissão discente do PPGITS ou pela banca de qualificação e/ou de defesa. No caso de defesa antecipada da dissertação, esta atividade será considerada concluída e lançada no histórico acadêmico pelo PPGITS.

Atividade: Exame de Qualificação

Descrição: Realização de uma banca examinadora, à qual o discente é submetido, com o objetivo de avaliar a pesquisa em desenvolvimento, sendo obrigatória para todos os discentes.

Créditos: nenhum

Critérios: São requisitos para a realização do exame de qualificação a integralização de todos os créditos, atividades e comprovação de proficiência exigidos pelo programa. A solicitação de agendamento deverá ser feita por e-mail endereçado à secretaria do PPGITS, com no mínimo 30 dias de antecedência da data pretendida. O texto da qualificação deverá estar em formato de dissertação, seguindo as normativas vigentes, e entregue aos membros da banca com no mínimo 15 dias antes da data aprovada pelo colegiado para realização do Exame de Qualificação. A banca avaliadora de qualificação deverá ser composta por três membros titulares, sendo pelo menos um interno e um externo ao programa, sendo que todos os membros devem ter título de Doutor.

Ademais, o orientador e coorientador não poderão compor a banca de qualificação. A apresentação discente deverá ter duração mínima de 30 (trinta) e máxima de 50 (cinquenta) minutos e constar ao menos os seguintes subtópicos: introdução, busca de anterioridade, objetivos, métodos, resultados, discussão, conclusão e impacto social. O discente será avaliado por meio de arguição por cada membro da banca. Os tópicos avaliados são mérito científico do trabalho apresentado e desempenho do discente. Após a apresentação e discussão a banca definirá formalmente, através de parecer assinado pelos três examinadores se o discente foi aprovado sem ressalvas; aprovado com necessidade de pequenas modificações; aprovado substanciais modificações ou reprovado. Em caso de reprovação, o discente poderá solicitar apenas uma nova qualificação, a qual deverá ocorrer em até no máximo 60 dias, após a data da primeira qualificação. Em caso de reprovação do segundo exame de qualificação o discente será desligado do programa. Após aprovado no Exame de Qualificação o discente terá no mínimo 30 dias para realizar a defesa da dissertação.

Atividade: Defesa de dissertação

Descrição: Realização de uma banca examinadora, à qual o discente é submetido, com o objetivo de avaliar o resultado da pesquisa desenvolvida, sendo obrigatória para todos os discentes.

Créditos: nenhum

Critérios: São requisitos para a defesa da dissertação a aprovação em exame de qualificação com no mínimo 30 dias de antecedência, comprovação de submissão de artigo em periódico na área da Saúde Coletiva com comprovação de detecção de similaridade, manipulação textual e IA. A solicitação de agendamento deverá ser feita por e-mail endereçado à secretaria do PPGITS, com no mínimo 20 dias de antecedência da data pretendida. O texto deverá estar em formato de dissertação, seguindo as normativas vigentes, e entregue aos membros da banca com no mínimo 15 dias antes da data aprovada pelo colegiado para realização da Defesa da Dissertação. A banca avaliadora deverá ser composta por três membros titulares e dois suplentes, sendo o orientador o presidente da banca composta também por um membro interno e um membro externo ao programa, sendo que todos os membros devem ter título de Doutor. A apresentação discente em defesa pública deverá ter duração mínima de 30 (trinta) e máxima de 50 (cinquenta) minutos e constar ao menos os seguintes subtópicos: introdução, busca de anterioridade, objetivos, métodos, resultados, discussão, conclusão e impacto social. Em seguida, o discente será avaliado por meio de arguição por cada membro da banca. Os tópicos avaliados são: mérito científico do trabalho apresentado e desempenho do discente. O estudante será considerado aprovado em sua banca de defesa de dissertação se houver unanimidade nos votos e caso reprovado terá seu vínculo com o programa cancelado.

Atividade: Estudos Extracurriculares

Descrição: Apresentação, por parte do discente, de um relatório contendo comprovantes de participação em eventos acadêmicos, cursos, oficinas, seminários, atividades de extensão ou publicações científicas realizadas durante seu vínculo com o Programa. Essas atividades possuem caráter formativo e complementar.

O material produzido para o PTT, bem como suas etapas de desenvolvimento, validação, prototipagem ou implementação, **não poderá ser utilizado** para integralização deste crédito, por constituir componente curricular obrigatório e indissociável da dissertação, conforme Portaria CAPES nº 60/2019 e Art. 42 do Regimento Interno do PPGITS.

Créditos: 01

Critérios: Serão aceitos certificados, declarações, comprovantes de participação ou publicações. O relatório deverá conter breve descrição das atividades e sua relevância para a formação. O relatório deverá ser entregue até o prazo definido pelo Colegiado. O PTT e suas etapas **não poderá** ser utilizados para este fim.

3. TABELA DE CRÉDITOS PARA INTEGRALIZAÇÃO

Disciplinas	Obrigatórias	15 créditos
	Optativas	06 créditos
Atividades acadêmicas	Elaboração da Pesquisa	04 créditos
	Estudos Extracurriculares	01 Crédito
TOTAL		26 Créditos

4. TABELA DE DISCIPLINAS EXCLUÍDAS

CÓDIGO	NOMENCLATURA	CRÉDITOS
PPGITS0022	Ética em Saúde e no Uso de Tecnologias	02
PPGITS0021	Estatística Aplicada à Saúde, Gestão e Tecnologias	02
PPGITS0023	Metodologia Científica Aplicada às Tecnologias e Empreendedorismo	03
PPGITS0026	E-Health	03
PPGITS0028	Gestão de Modelos de Cuidados em Saúde	03
PPGITS0033	Processo de Desenvolvimento de Produto para Saúde Humana e/ou ambiental	03
PPGITS0036	Avaliação em Tecnologia à Saúde	03
PPGITS0037	Avaliação e Indicadores Biopsicossociais e de Gestão em Saúde	03
	Avaliação, Inovação e Transferência Tecnológica em Saúde	03
	Comunicação Interpessoal como Ferramenta de Prática e Investigação Científica na Área da Saúde	03
	Ergonomia na prevenção e Segurança em Ambientes de Saúde	03
	Gestão do Processo de Saúde	03
	Governança em Serviços de Saúde	03
	Humanização e Ambientação em Saúde	03
	Políticas Públicas de Saúde	03
	Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde II	03



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
EM SAÚDE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

ANEXO II

**REGRAS DE MIGRAÇÃO DE DISCENTES ENTRE ESTRUTURAS
CURRICULARES**

1. REGRAS DE MIGRAÇÃO

1. REGRAS DE MIGRAÇÃO

Todos os discentes ingressantes a partir de 2024.2 serão automaticamente migrados para a estrutura curricular proposta, de acordo com a tabela de equivalência de disciplinas no anexo III.

Como a nova estrutura prevê o aumento a carga horária total, os alunos deverão receber equivalência automática das disciplinas obrigatórias e atividades complementares, totalizando vinte (20) créditos e deverão cursar três (3) disciplinas optativas, totalizando seis (6) créditos.

As disciplinas optativas do currículo atual, que serão extintas ou não com a mudança curricular, e que já foram cursadas pelas turmas ingressantes no período 2024.2 e 2025.2 serão aceitas para a integralização do curso, considerando o número de créditos previsto no currículo atual.

ANEXO III

TABELA DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR DO PROGRAMA de PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO e INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE (PPGITS)

Estrutura curricular Proposta				Estrutura curricular Atual			
Código	Componente curricular	CR	CH	Código	Componente curricular	CR	CH
	Epidemiologia	02	30h	PPGITS0001	Epidemiologia	02	30h
	Metodologia Científica e Estatística Aplicada à Saúde, Gestão e Tecnologias	02	30h	PPGITS0002	Estatística Aplicada à Saúde, Gestão e Tecnologias	03	45h
	Ética e Sociedade no Uso de Tecnologias	01	15h	PPGITS0003	Ética em Saúde e no Uso de Tecnologias	02	30h
	Gestão de Projetos de Pesquisa em Inovação Tecnológica na Saúde	02	30h				
	Gestão da Inovação e Empreendedorismo na área de saúde	02	30h	PPGITS0004	Metodologia Científica Aplicada às Tecnologias e Empreendedorismo	03	45h
	Políticas Públicas e Gestão	02	30h				
	Introdução à Avaliação em Tecnologia à Saúde	02	30h	PPGITS0036	Avaliação em Tecnologia à Saúde	03	45h
	Saúde Digital I	02	30h	PPGITS0026	E-HEALTH	03	45h
	Elaboração de Pesquisa I e II	02	30h	PPGITS0034	Seminário de Pesquisa Científica, Tecnológica e Gestão em Saúde I	01	15h
				PPGITS0035	Seminário de Pesquisa Científica, Tecnológica e Gestão em Saúde II	01	15h
	Elaboração de Pesquisa III	01	15h				
	Elaboração de Pesquisa IV	01	15h				
	Proficiência em Língua Estrangeira	00	00h	PPGITS0015	Proficiência em Língua Estrangeira	00	00h
	Exame de Qualificação	00	00h	PPGITS0018	Exame de Qualificação	00	00h
	Defesa de dissertação	00	00h	PPGITS0019	Trabalho de conclusão de curso	00	00h
	Estágio Docência	00	00h				
	Estudos Extracurriculares	01	15h				

	Avaliação, Inovação e Transferência Tecnológica em Saúde	02	30h	PPGITS0005	Avaliação, Inovação e Transferência Tecnológica em Saúde	03	45h
	Comunicação Interpessoal como Ferramenta de Prática e Investigação Científica	02	30h	PPGITS0006	Comunicação Interpessoal como Ferramenta de Prática e Investigação Científica	03	45h
	Ergonomia na prevenção e Segurança em Ambientes de Saúde	02	30h	PPGITS0008	Ergonomia na prevenção e Segurança em Ambientes de Saúde	03	45h
	Governança em Serviços de Saúde	02	30h	PPGITS0011	Governança em Serviços de Saúde	03	45h
	Humanização e Ambientação em Saúde	02	30h	PPGITS0012	Humanização e Ambientação em Saúde	03	45h
	Saúde Digital II	02	30h				
	Interação Humano-Computador em Saúde Digital	02	30h				
	Processo de Desenvolvimento de Produtos Técnico-Tecnológicos para Saúde	02	30h				
	Inteligência Artificial Aplicada à Saúde	02	30h				
	Organização da Atenção Especializada em rede de Atenção Primária à Saúde	02	30h				
	Gestão de Modelos de Cuidados em Saúde da Mulher	02	30h				
	Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde I	02	30h	PPGITS0038	Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde I	02	30h
	Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde II	02	30h	PPGITS0039	Tópicos Especiais em Gestão e Inovação em Saúde II	03	45h